

# Fundo Municipal de Saúde Município de Carmo do Paranaíba - MG

Av. Costa Júnior - 306 ☎ (34) 3851-2068 (34) 3851-2149

E-mail: [compras@carmodoparanaiba.mg.gov.br](mailto:compras@carmodoparanaiba.mg.gov.br)

---

## ANEXO VII

### TERMO DE REFERÊNCIA

PREGÃO PRESENCIAL N° 029/2014

Processo Licitatório n° 051/2014

#### I – DO OBJETO:

1. Fornecimento de MEDICAMENTOS para uso no Pronto Atendimento, em pacientes de urgência/emergência e em observação, com recursos do FMS; para distribuição na Farmácia Municipal, com recursos referente à Farmácia Básica Percentual Municipal e Federal; para distribuição na Farmácia Municipal, que fazem parte da Remune e não constam na Rename, com recursos do Fundo Municipal de Saúde; para distribuição na Farmácia Municipal, para os pacientes em tratamento na hemodiálise, oncologia, deficientes físicos e ordem judicial, com recursos do Fundo Municipal de Saúde; e para uso dos pacientes cadastrados no Centro de Atenção Psicossocial – CAPS I para consumo até 31 de dezembro de 2014.

#### II – DA UNIDADE REQUISITANTE:

2. Secretaria Municipal de Saúde – Fundo Municipal de Saúde.

#### III – DA JUSTIFICATIVA DA CONTRATAÇÃO:

1. A presente contratação faz-se necessária para distribuição de medicamentos no Pronto Atendimento, na Farmácia Municipal e para uso dos pacientes cadastrados no CAPS I, para consumo até 31 de dezembro de 2014.

2. A escolha do pregão tipo menor preço está amparada nas Leis n° 8.666/93 e 10.520/02.

#### IV – DO VALOR ESTIMADO DO CONTRATO:

1. A modalidade de licitação será por pregão presencial, do tipo MENOR PREÇO POR ITEM.

2. Conforme exigência contida no art. 40, § 2º, II, da Lei Federal n° 8.666/93 e suas alterações, o Setor de Compras e Licitações do Município de Carmo do Paranaíba realizou pesquisa de preços de mercado e estimativa de custos junto a 3 (três) empresas do ramo, alcançando este contrato o valor total estimado de R\$ 744.614,67 (setecentos e quarenta e quatro mil seiscientos e quatorze reais e sessenta e sete centavos).

3. A planilha discriminativa da média dos preços unitários e global constitui parte integrante deste Anexo.

#### V – DA CLASSIFICAÇÃO DOS SERVIÇOS:

1. Nos termos do disposto no art. 1º do Decreto n° 10.520 de 17/07/2002, os produtos a serem adquiridos são considerados bens comuns, cujos padrões de desempenho e qualidade são objetivamente definidos no Edital, por meio de especificações usuais no mercado.

2. Os produtos a serem adquiridos enquadram-se nos pressupostos do Decreto n° 2.271 de 1997, constituindo-se em atividades materiais acessórias, instrumentais ou complementares à área de competência legal do órgão licitante, não inerentes às categorias funcionais abrangidas por seu respectivo plano de cargos.

#### VI – DA VIGÊNCIA DO CONTRATO:

1. Os medicamentos deverão ser fornecidos de acordo com a necessidade da Secretaria Municipal de Saúde, até 31 de dezembro de 2014.

#### VII – DA FORMA DE PAGAMENTO:

# Fundo Municipal de Saúde

## Município de Carmo do Paranaíba - MG

Av. Costa Júnior - 306 ☎ (34) 3851-2068 (34) 3851-2149

E-mail: [compras@carmodoparanaiba.mg.gov.br](mailto:compras@carmodoparanaiba.mg.gov.br)

---

1. O pagamento será efetuado até o 5º (quinto) dia subsequente à entrega e aceitação dos itens determinados, objeto deste Edital.

2. O pagamento será efetuado através de crédito em conta corrente bancária, devendo a empresa vencedora apresentar o número da mesma, o banco e a agência junto ao corpo da Nota Fiscal ou em anexo.

3.

### **VIII – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE:**

1. Emitir a O.I.S. (Ordem de Início dos Serviços) para iniciar o fornecimento;

2. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Contratada, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta;

3. Exercer o acompanhamento e a fiscalização dos serviços, por servidor especialmente designado, anotando em registro próprio as falhas detectadas, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos empregados eventualmente envolvidos, e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis;

4. Notificar a Contratada por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições no curso do fornecimento de combustíveis, fixando prazo para a sua correção;

5. Pagar à Contratada o valor resultante da aquisição dos medicamentos, no prazo e condições estabelecidas no Edital e seus anexos;

6. Prestar as informações e os esclarecimentos pertinentes que venham a ser solicitados pela Contratada;

7. Fiscalizar a manutenção, pela Contratada, das condições de habilitação e qualificação exigidas no inciso XIII do art. 55 da Lei nº 8.666/93.

### **VII – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA:**

1. Fornecer os medicamentos conforme especificações deste Termo de Referência e de sua proposta, com a alocação dos empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas contratuais;

2. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com os arts. 14 e 17 a 27 do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078/1990), ficando o Contratante autorizado a descontar dos pagamentos devidos à Contratada, o valor correspondente aos danos sofridos;

3. Responsabilizar-se por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas na legislação específica, cuja inadimplência não transfere responsabilidade ao Contratante;

4. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos; nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;

5. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

6. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

7. Cumprir, dentro do prazo contratual, rigorosamente os prazos pactuados;

8. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da licitação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados nos incisos do § 1º do art. 57 da Lei nº 8.666 de 1993.

### **VIII – DA SUBCONTRATAÇÃO:**

# Fundo Municipal de Saúde Município de Carmo do Paranaíba - MG

Av. Costa Júnior - 306 ☎ (34) 3851-2068 (34) 3851-2149

E-mail: [compras@carmodoparanaiba.mg.gov.br](mailto:compras@carmodoparanaiba.mg.gov.br)

---

1. Não será admitida a subcontratação do objeto licitatório.

## **IX – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS:**

1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 8.666/1993 e da Lei nº 10.520/2002, a Contratada que:

1.1. inexecutar total ou parcialmente qualquer das obrigações assumidas em decorrência da contratação;

1.2. ensejar o retardamento da execução do objeto;

1.3. fraudar na execução do contrato;

1.4. comportar-se de modo inidôneo;

1.5. cometer fraude fiscal;

1.6. não mantiver a proposta.

2. A Contratada que cometer qualquer das infrações discriminadas no subitem acima ficará sujeita, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

2.1. Advertência;

2.2. Multa, nos seguintes percentuais:

2.2.1. 0,3% (três décimos por cento) sobre o valor total do fornecimento, por dia de atraso na inexecução do contrato;

2.2.2. 3,0% (três por cento) sobre o valor total do fornecimento, por inexecução parcial das obrigações contratuais;

2.2.3. 10% (dez por cento) sobre o valor total do fornecimento, por inexecução total das obrigações contratuais.

2.3. Suspensão temporária do direito de licitar e contratar com a Administração Municipal, conforme disposto no inciso III do art. 87 da Lei nº 8.666/93;

2.4. Impedimento de licitar e contratar;

2.5. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, nos termos do inciso V do art. 87 da Lei nº 8.666/93.

## **X – DAS CONDIÇÕES GERAIS:**

1. A Secretaria Municipal de Saúde reserva para si o direito de não aceitar qualquer produto em desacordo com o previsto no Termo de Referência, ou em desconformidade com as normas legais e/ou técnicas pertinentes ao objeto.

2. Os quantitativos previstos poderão variar, para mais ou para menos, sem que isso implique em alteração dos preços ofertados, em obediência ao disposto no § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666/93.

3. Este Termo de Referência é regido pelas normas de direito público, aplicando-se, supletivamente, os princípios da Teoria Geral dos Contratos e as disposições de direito privado, na forma dos arts. 54 e 55, XII, da Lei nº 8.666/93.

*Marília Márcia Alves*

**Pregoeira Oficial**

**Município de Carmo do Paranaíba – Fundo Municipal de Saúde**